



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

328  
Top.

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação nº 0282416-4 (NPU nº 0006024-70.2011.8.17.370)**

**Apelante:** Wilson Alexandre Alves

**Apelado:** Município do Cabo de Santo Agostinho e outro

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRELIMINAR DE REVELIA REJETADA. CONTESTAÇÃO TEMPESTIVA. SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL CONTRA MENOR. DEVER DO MÉDICO DE COMUNICAÇÃO. ESTRITO CUMRIMENTO DO DEVER LEGAL. ART. 245 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. APELO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1 – Sendo tempestiva a contestação, não há que se falar em revelia.

2 - É dever do médico, ao suspeitar que houve a prática de violência ou maus tratos contra criança, comunicar às autoridades competentes, sob pena de cometer infração Administrativa, prevista no art. 245 do Estatuto da Criança e Adolescente, como segue: *“Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.*

3 - A simples suspeita da prática de abuso sexual contra criança, já faz surgir o dever de comunicação às autoridades competentes. No caso em apreço, a criança, levada por sua avó ao Hospital Infantil Municipal, apresentava lesões vulvovaginais condizentes com a prática de atos libidinosos. Ao questionar a criança sob a causa da lesão, o médico obteve como resposta que “papai que bateu aqui” (apontando para a região da genitália), conforme receituário médico acostado à fl. 20 e Prontuário de Atendimento da Emergência à fl. 77. Tais fatos já bastavam para surgir o dever do médico em comunicar às autoridades competentes para que procedessem a com a devida apuração do caso.

4 - Ademais, tal comunicação foi feita da forma menos danosa possível, já que não houve publicidade do fato. O que não poderia, ou deveria ocorrer, é a ausência de comunicação do fato diante de suspeitas tão graves.

5 - Não houve, portanto, qualquer fato ilícito cometido pelo médico, sua equipe, ou mesmo pelo Hospital.

6 - Assim, tendo sido legal a conduta de comunicar o fato às autoridades competentes, mesmo sendo posteriormente constatada a inocência do autor, não há que se falar em dano moral indenizável. Esse é o entendimento sedimentado no Superior Tribunal de Justiça.

7 – Apelo desprovido.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

329

*[Assinatura]*

8 – Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da apelação nº 0282416-4, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento a apelação, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de *09* de 2013.

*Erik de Sousa Dantas Simões*  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação nº 0282416-4 (NPU nº 0006024-70.2011.8.17.0370)**

**Apelante:** Wilson Alexandre Alves

**Apelado:** Município do Cabo de Santo Agostinho e outro

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação (fls. 228/249) interposta em face da sentença de fls. 217/218 que, nos autos da ação de indenização por danos materiais e morais, julgou improcedentes os pedidos iniciais e condenou o autor no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Em suas razões de apelo, o autor aduz, preliminarmente, que a contestação do segundo réu, Tiago Feitosa Bastos de Melo, é intempestiva, devendo ser aplicada a revelia e seus efeitos quanto a este demandado.

No mérito, diz que sua filha, Wedja Camille de Lima, com irritação vaginal há vários dias, foi encaminhada por seus familiares ao Hospital Infantil Adailton Côrte de Alencar, pertencente ao Município do Cabo de Santo Agostinho e que, após atendimento pelo médico Tiago Feitosa Bastos de Melo (segundo réu) e sua equipe, foi constatado indícios de abuso sexual contra a menor, tendo sido encaminhado o caso às autoridades competentes, para dar seguimento à apuração do caso (Conselho Tutelar e Autoridade Policial).

Diante de tal situação, afirma que foi alvo da acusação inverídica de ter praticado abuso sexual contra a sua filha.

Diz, ainda, que tais acusações infundadas, realizadas pelo médico apelado e por sua equipe, culminaram em constrangimentos ao autor, porquanto foi tratado como criminoso, além de ter acarretado em denúncia do Ministério Público e na perda de seu poder familiar.

Por fim, sustenta que o médico apelado foi negligente ao não realizar exames complementares que atestassem, com certeza, a ocorrência do abuso sexual e que a responsabilidade civil dos réus, nesse caso, decorre da prática de ilícitos civis, crime de injúria e descumprimento de obrigações consumeristas, além de que deve ser aplicada a teoria da responsabilidade objetiva e da teoria do risco.

Requer, ao final, o acolhimento da preliminar de revelia, com relação ao apelado, Tiago Feitosa Bastos e no mérito, seja reformada a sentença para condenar os apelados ao pagamento da indenização, conforme pleiteado na peça arial.

Às fls. 252/253, foi juntada petição do novo patrono da parte apelante requerendo novo prazo para apelar, o que foi negado pelo Magistrado *a quo* à fl. 257.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

---

À fl. 255, foi juntada petição do patrono destituído pela parte recorrente, pugnando fosse oficiado à OAB/PE, para que esta tomasse as providências cabíveis quanto à suposta ofensa ao disposto no Estatuto da Ordem dos Advogados e Código de Ética da OAB, o que também foi negado pelo Magistrado sentenciante à fl. 257.

Recebida a apelação à fl.257.

Contrarrazões do Município do Cabo de Santo Agostinho às fls. 261/273, pugnando pelo desprovidimento do apelo e manutenção da sentença em todos os seus termos.

Parecer Ministerial às fls. 285/288, pugnando pelo não provimento da apelação interposta, mantendo-se na íntegra a sentença proferida pelo juízo *a quo*.

O Segundo réu, Tiago Feitosa Bastos, apresentou contrarrazões às fls. 302/308, pedindo pelo desprovidimento do apelo e manutenção da sentença.

Cota Ministerial à fl. 318.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 02 de setembro de 2013.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

330  
[assinatura]

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação nº 0282416-4 (NPU nº 0006024-70.2011.8.17.370)**

**Apelante:** Wilson Alexandre Alves

**Apelado:** Município do Cabo de Santo Agostinho e outro

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**Preliminar de Revelia**

De preâmbulo, ressalto que a preliminar de revelia não deve prosperar.

Explico.

No caso da contestação, o prazo para sua apresentação é de 15 (quinze) dias, a teor do artigo 297 do Código de Processo Civil: "*Art. 297 - O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, exceção e reconvenção.*"

O art. 191 do CPC assevera que "*Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.*"

O artigo 241 do Código de Processo Civil dispõe sobre quando se começa a contar o prazo para apresentar resposta: "*Art. 241 - Começa a correr o prazo: (Alterado pela L-008.710-1993) I - quando a citação ou intimação for pelo correio, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento; II - quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, da data de juntada aos autos do mandado cumprido; III - quando houver vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido; IV - quando o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, precatória ou rogatória, da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida; V - quando a citação for por edital, finda a dilação assinada pelo juiz.*"

Havendo dois réus com Procuradores diferentes e tendo sido juntado o último mandado de citação em 27 de outubro de 2011, o prazo para resposta começou na data útil seguinte, em conformidade com o artigo 184 do CPC, ou seja, em 28 de outubro de 2011, tendo terminado no dia 26 de novembro de 2011, um sábado, prorrogando-se, então, para o primeiro dia útil seguinte, dia 28 de novembro de 2011, uma segunda-feira.

A contestação foi protocolada em 21 de novembro de 2011 (vide fl. 91), dentro, portanto, do prazo legal, restando, pois, tempestiva a peça de bloqueio.

Assim, REJEITO a preliminar de revelia.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

331  
[assinatura]

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação nº 0282416-4 (NPU nº 0006024-70.2011.8.17.370)**

**Apelante:** Wilson Alexandre Alves

**Apelado:** Município do Cabo de Santo Agostinho e outro

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

O cerne da apelação cinge-se em saber se a comunicação de suspeita de abuso sexual contra a filha do autor, supostamente causadas pelo demandado/apelante, à autoridades competentes, causaram-lhe danos de ordem moral e material.

Pois bem.

É dever do médico, ao suspeitar que houve a prática de violência ou maus tratos contra criança, comunicar às autoridades competentes, sob pena de cometer infração Administrativa, prevista no art. 245 do Estatuto da Criança e Adolescente, como segue: *"Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência."*

Analizando detidamente a questão, vê-se que o médico agiu no estrito cumprimento do dever legal.

A criança, levada por sua avó ao Hospital, apresentava lesões vulvovaginais condizentes com a prática de atos libidinosos. Ao questionar a criança sob a causa da lesão, o médico obteve como resposta que "papai que bateu aqui" (apontando para a região da genitália), conforme receituário médico acostado à fl. 20 e Prontuário de Atendimento da Emergência à fl. 77.

Tais fatos, a meu ver, já bastavam para surgir o dever do médico em comunicar às autoridades competentes para que procedessem a com a devida apuração do caso.

Ademais, conforme se depreende das provas carreadas, todos os indícios levavam a crer na prática de abuso sexual. A avó da criança, que a levou ao Hospital Infantil, informou a Promotora de Justiça, nos autos de destituição familiar (fl.25) que:

*"(...) chegou a examiná-la em casa, quando percebeu que a borda da vagina estava bastante irritada, sendo que essa lesão não se confundia com uma assadura de rotina. Disse, também, que na sexta-feira, véspera de ser socorrida ao hospital, a criança havia tomado banho na própria casa antes de ir para Escada visitar um tio materno. Na volta ao Cabo, o Requerido (que já havia consumido meio litro de whisky) deixou a mãe das crianças na casa da sogra e seguiu para casa apenas com Wedja e com o outro filho da casal Wellington Gabriel (05 anos de idade). Ao chegar em casa, a mãe das crianças notou que os filhos estavam tomando banho dentro de uma bacia e, no dia seguinte, Wedja apareceu com as ditas lesões vaginais que*

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

332

*provocaram a presença do Conselho junto ao hospital. Depois desse final de semana, o Requerido se comprometeu a nunca mais beber, sendo essa decisão tomada por ele sem maiores justificativas."*

Ademais, tal comunicação foi feita da forma menos danosa possível, já que não houve publicidade do fato. O que não poderia, ou deveria ocorrer, é a ausência de comunicação do fato diante de suspeitas tão graves.

Não houve, portanto, qualquer fato ilícito cometido pelo médico, sua equipe, ou mesmo pelo Hospital. Esse é o entendimento da Douta Procurado de Justiça, em seu parecer de fls. 285/288, como segue:

*"Apesar da alegação de que houve excessos na conduta do médico os documentos juntados aos autos demonstram o contrário, pois o prontuário (fls.77; 77v) revela como diagnóstico a violência sexual, visto que a lesão constatada no exame físico indicava tal suspeita, além disso, o referido médico como conduta terapêutica entrou em contato com o Conselho Tutelar, falando com a Conselheira responsável que prontamente se dirigiu à Unidade de Saúde, além do encaminhamento até à delegacia e o agendamento do exame médico legal. Da leitura dos documentos juntados se observa que as providências descritas no prontuário foram tomadas (fls. 22, 23, 24-27; 40/41), apesar da deficiência da Unidade Hospitalar Infantil no auxílio da criança em relação a uma assistência psicológica e material para levá-la às instituições competentes no mesmo momento do atendimento, mas tais falhas não decorrem da atuação médica questionada nesta causa. Ressalte-se que havendo suspeita de violência contra criança ou adolescente seja violência física, sexual, psicológica, etc., conforme a legislação de regência o profissional de saúde é obrigado a comunicar à autoridade competente a suspeita de violência, ressalte-se, que apenas a suspeita já é suficiente para que o médico encaminhe a criança para os mecanismos estatais de proteção."*

Assim, tendo sido legal a conduta de comunicar o fato às autoridades competentes, mesmo sendo posteriormente constatada a inocência do autor, não vislumbro dano moral indenizável. Esse é o entendimento sedimentado no Superior Tribunal de Justiça. Veja-se:

**AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. SUSPEITA DA PRÁTICA DE CRIME. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. RESPONSABILIDADE CIVIL INDEPENDENTE DA CRIMINAL. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. Consoante jurisprudência desta Corte, "salvo casos de má-fé, a notícia criminis levada à autoridade policial para apuração de eventuais fatos que, em tese, constituam crime, em princípio não dá azo à reparação civil, por constituir regular exercício de direito, ainda que posteriormente venha a ser demonstrada a inexistência de fato ilícito" (REsp 468.377/MG, Quarta Turma,**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

333  
T

*Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 23/6/2003). 2. O aresto impugnado foi categórico em afirmar a ausência de responsabilidade da ora agravada pelos alegados danos morais, haja vista que, diante da 'suspeita concreta da prática de furto', agiu dentro dos limites aceitáveis, inexistindo dolo, culpa ou má-fé por parte de seus prepostos, por ocasião da abordagem da agravante. À vista de tais fatos, soberanamente delineados pela Corte de origem, a modificação do julgado, conforme pretendida, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é incompatível com a via estreita do recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1377174/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 15/10/2012)(Grifos nossos)*

Desta feita, nego provimento à apelação, mantendo incólume a sentença vergastada.

É como voto.

Recife, 24 de 05 de 2013.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR

334  
top.

1ª Câmara de Direito Público  
Apelação Cível n.º 0282416-4  
Juízo de Origem: Vara Única da Fazenda Pública de Cabo de Santo Agostinho  
Juiz de Direito: Dr. Rafael José de Menezes  
APELANTE: WILSON ALEXANDRE ALVES  
Adv.: Dr. José Antônio Cavalcanti Dias Filho  
APELADO: MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO E OUTRO  
Proc.: João Batista de Moura  
MP: Dra. Daisy Maria de A. Costa Pereira  
Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Revisor: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de apelação cível intentada contra os termos da sentença que, nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais nº 0006024-70.2011.8.17.0370, julgou improcedente os pedidos formulados na exordial, não imputando responsabilidade civil ao Estado e ao médico do hospital público, prejudicado o pleito de reparação de prejuízo material e moral. Ainda, condenou o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

No dia 03/04/2010, a família do apelante levou ao Hospital Infantil Adailton Côrte de Alencar, situado no Município recorrido, a filha do autor, que à época contava com 2 anos e 10 meses de idade e se encontrava com quadro de irritação vulvovaginal. Ao ser questionada sobre a origem do dano, a criança afirmou que "papai bateu aqui" (fl. 20). Diante da suspeita de violência sexual, o médico, ora apelado, comunicou o caso às autoridades competentes, o que teria causado ao recorrente danos de ordem material e moral, uma vez que laudos técnicos, acostados à Ação de Destituição do Poder Familiar nº 1603-71.2010.8.17.0370, afastaram a hipótese de violência sexual.

Nas razões fundantes de sua sentença, o juízo *a quo* entendeu pela legalidade da conduta do médico, haja vista o art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente impor o dever de comunicar às autoridades a simples suspeita de violência sofrida por menores. Por

entender inexistir responsabilidade civil de médico por simples erro de diagnóstico, negou o pleito de indenização requerido pelo ora apelante.

335

*[Handwritten signature]*

Inconformado, o autor impetrou apelo em que aduz, preliminarmente, que a contestação do segundo réu, o médico Tiago Feitosa Bastos de Melo, é intempestiva, pelo que pede seja decretada revelia. No tocante ao mérito, o recorrente afirma que, em decorrência da negligência do médico, foi tratado como criminoso, denunciado pelo Ministério Público e perdeu seu poder familiar.

Outrossim, alega que a responsabilidade civil dos réus decorre de ilícitos civis, crime de injúria e descumprimento de obrigações consumeristas, bem como entende ser o caso de aplicação das teorias do risco e da responsabilidade civil objetiva. Por fim, requer a reforma da sentença e a condenação dos recorridos ao pagamento de indenização a dano de monta moral e material, conforme deduzido na exordial.

Contrarrazões de ambos os réus pelo desprovimento do apelo e consequente manutenção da sentença em todos os seus termos. No mesmo sentido é o entendimento do órgão ministerial, exarado em parecer de fls. 285-288.

Assim, tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminentíssimo Relator, inclusive nas questões prejudiciais levantadas pela apelada, voto no sentido de:

1) Questão **preliminar** de revelia:

( ) ACOLHE;

**(X) REJEITA;**

( ) NÃO CONHECE.

No **Mérito**:

( ) Não provimento do Reexame Necessário.

( ) Não provimento do reexame necessário, prejudicado o recurso voluntário.

( ) Provimento do Reexame Necessário para,

( ) Provimento Parcial do Reexame Necessário para,

( ) Prover o recurso de apelação, para

( ) Provimento Parcial da Apelação.

**( X ) Não provimento da Apelação.**

É como voto.

Recife, 24/09/2013

*[Handwritten signature]*

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Revisor